

Herman Van Rompuy
Presidente do Conselho Europeu
"Olhar para trás, olhar para a frente"
Discurso na Conferência "Dove va l'Europa" – "O estado da União"
(Accademia dei Lincei)

É um prazer tomar a palavra nesta Conferência em Roma. Aqui, no Palazzo Corsini – lugar de arte e de ciência – e perante uma assistência tão distinta. Nestes últimos cinco anos vim muitas vezes a Roma, tive muitas reuniões memoráveis no Palazzo Chigi, no Quirinale... – mas alegro-me por me dirigir hoje a uma assembleia mais vasta.

Estamos num período de renovação política na União Europeia. Abre-se um novo ciclo de cinco anos: esta semana, assumiu funções a nova Comissão Europeia; a 1 de dezembro, o Conselho Europeu terá como novo Presidente Donald Tusk, o meu sucessor. E saúdo igualmente a Presidência Italiana do Conselho de Ministros!

Ao mesmo tempo, 2014 é um ano de comemorações – o centenário da Primeira Guerra Mundial; dentro de dois dias, os 25 anos após a queda do muro de Berlim – acontecimento que além de alemão foi também genuinamente europeu. O momento é pois propício para "olhar para trás e olhar para a frente".

Em consonância com o espírito da nossa sessão – sobre "*Lo stato dell'Unione*" – pretendo dar à minha intervenção um caráter relativamente geral. Proponho três séries de reflexões.

Antes de mais, sobre a crise económica e a atual situação económica.

Em segundo lugar, alguns ensinamentos práticos e institucionais sobre a função de presidente do Conselho Europeu, incluindo sobre o papel deste órgão na política externa.

Em terceiro e último lugar: uma reflexão mais vasta sobre a forma como as pessoas vivem a Europa e como a União pode ser mais carinhosa e protetora.

A crise económica e financeira: é este o ponto de partida indispensável tanto para olhar para trás como para olhar para a frente. Os próximos cinco anos serão necessariamente influenciados pelo período que deixamos para trás. A Europa mudou. Foi um período difícil, algumas vezes doloroso. A solidariedade entre os nossos países foi posta à prova. Mas superámos as dificuldades.

A lição mais importante da crise da área do euro é que nos demos plenamente conta da nossa interdependência. O que acontece num país pode afetar o todo. O destino de um país de 10 milhões de pessoas (como a Grécia) influencia a área monetária de 350 milhões, até mesmo a economia mundial. Os governos deram-se conta de tudo isto, mas tardaram algum tempo. E as opiniões públicas também o descobriram – levaram ainda mais tempo, o que é natural. Superámos a ameaça existencial à área do euro, ganhámos essa batalha – e também a batalha contra as Cassandras e os especuladores!

A outra lição importante da crise foi que, para lidar com esta interdependência, necessitávamos e ainda necessitamos de "mais Europa" (e com certeza na área do euro). Temos de reforçar a União Económica e Monetária.

Boa parte do trabalho nos últimos anos teve esta finalidade, e assim é claro que temos hoje uma arquitetura da UEM mais sólida do que há cinco anos atrás. Com melhor supervisão orçamental e macroeconómica, com fundos de resgate, e também, desde esta semana, com o Banco Central Europeu a supervisionar todos os bancos na área do euro. É o início da união bancária – provavelmente o maior passo na integração europeia desde o lançamento do próprio euro.

Mas serão necessários novos passos, em especial na área da coordenação económica. Não podemos ter uma moeda comum e dezanove políticas monetárias separadas. É necessário um mínimo de convergência.

Este é um dos meus desapontamentos. No que diz respeito à coordenação económica, teria preferido ir mais longe do que aquilo que nos foi possível decidir durante o meu mandato. Pus uma proposta na mesa que não reuniu suficiente apoio. Mas uma coisa é certa: pode-se ignorar a solução mas não se pode ignorar o problema.

Assim, não me surpreende que já em dezembro, na primeira reunião presidida pelo meu sucessor, a questão volte a estar em cima da mesa. É uma decisão tomada pela última cimeira do euro a que presidi há duas semanas.

Obviamente, o atual debate económico centra-se agora noutras questões, nomeadamente no crescimento, nas reformas, na forma de encontrar o equilíbrio correto nos países e entre eles. A crise económica está a durar mais tempo do que tínhamos esperado, ou desejado, depois de a área do euro ter recuperado a estabilidade financeira no outono de 2012. E isto a que se deve?

O crescimento é fraco sobretudo porque o nosso potencial de crescimento estrutural é fraco, cerca de 0,5% atualmente. Este é o resultado dos elevados níveis de desemprego e dos níveis demasiado baixos de investimento. Afinal, o crescimento é a soma do aumento das horas de trabalho e da produtividade. A falta de trabalho e de investimento põe estes dois fatores sob pressão. Deste modo, um regresso "cíclico" ao crescimento esbarra rapidamente em limites estruturais.

Para além disso, existem fatores externos negativos. A incerteza geopolítica afeta a confiança na Europa, e o desempenho dos BRIC – que é mais fraco do que previsto no caso da China, e simplesmente fraco no caso da Rússia e do Brasil – pesou nas nossas exportações e portanto no crescimento assente nas exportações de alguns dos nossos países.

Não devemos procurar as causas do nosso fraco crescimento económico na política monetária, que é ajustável. Mas também não devemos procurá-las na política orçamental, uma vez que o efeito líquido dos orçamentos no crescimento foi neutro este ano. Nos últimos anos, a Europa demonstrou flexibilidade orçamental, destacando não tanto os valores nominais dos défices mas também o défice estrutural. São prova disso os prazos suplementares acordados em 2013 para que os países pudessem atingir o limite máximo de 3% previsto no Tratado de Maastricht.

Devemos agora concentrar-nos nas reformas estruturais que são necessárias em todos os países (incluindo a Alemanha). O mundo está em permanente mutação: ninguém pode repousar nos esforços de ontem ou nos louros de hoje.

Uma das principais prioridades é melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho. Lutar contra a dualidade que existe entre os que estão dentro e os que estão fora do sistema, entre os que têm um emprego com contrato indeterminado e os que têm um emprego precário ou não têm emprego – estes são muito frequentemente as mulheres, os jovens, os imigrantes... Esta dualidade é em muitos países uma das principais causas do acentuado aumento do desemprego durante a crise.

Outras reformas estruturais essenciais dizem respeito ao mercado único (uma questão cara ao Senador Mario Monti), e igualmente à união energética, ao mercado digital e, claro, à investigação e à inovação.

Há duas semanas, no último Conselho Europeu a que presidi, os dirigentes políticos congratularam-se com a intenção da nova Comissão Europeia de incentivar investimentos suplementares num montante de 300 mil milhões de euros durante os próximos três anos. É grande a responsabilidade dos Estados-Membros não só em termos de reformas, mas também de investimentos. E não esqueçamos: incentivar os investimentos, em termos económicos, significa agir tanto do lado da procura como do lado da oferta!

A situação económica atual é complicada porque não só temos um crescimento demasiado baixo mas também uma inflação excepcionalmente baixa – mais os países do euro do que os outros Estados-Membros –, o que se reflete tanto na dívida pública como na dívida privada (que são muito elevadas), e portanto igualmente no investimento.

Eis a razão pela qual, como disse há alguns dias no Parlamento Europeu, temos de mobilizar meios, sem tabus, sem medo, sem obsessões, sem ideologia, norteados por uma combinação de objetivos de curto e de longo prazo, e respeitando os princípios fundadores da União Económica e Monetária. Todo o nosso sistema socioeconómico assenta no crescimento e no emprego. Todos temos plena consciência disso.

Permitam-me acrescentar um comentário estratégico. Se não pudermos apresentar às pessoas resultados tangíveis em termos de crescimento e emprego nos próximos anos, se não pudermos demonstrar que todos estes sacrifícios e esforços estão a dar fruto, a ideia europeia estará ameaçada de grande abalo.

O voto de desconfiança na Europa do passado mês de maio não impede que as instituições da União funcionem. Mas sem perspetiva e esperança de uma vida melhor, as próximas eleições europeias e as próximas eleições nacionais poderão ser desastrosas. Estão portanto em jogo questões essenciais. Temos de estar bem cientes disso. Os próximos cinco anos são tão fundamentais como estes últimos cinco anos.

Soube que na assistência haveria muitos juristas eminentes, causídicos e professores de direito – como Giuliano Amato (*il Dottor Sottile*) e Joseph Weiler com quem tive ocasião de discutir no passado... Pensei portanto que poderia ser interessante partilhar algumas reflexões institucionais sobre a minha experiência no cargo de Presidente do Conselho Europeu, e sobre a forma como moldei essa função.

Para mim, esse cargo era tão novo como para qualquer outra pessoa. Fui eleito em 19 de novembro de 2009. Nunca esquecerei essa ocasião. Tinha preparado uma declaração à imprensa na qual lancei uma ideia que ainda vale a pena citar. Não é muito frequente poder citar uma declaração antiga sem corar. Disse então: "*Todos os países devem sair das negociações a ganhar. (...) Como Presidente do Conselho Europeu, ouvirei atentamente todos e certificar-me-ei de que as nossas deliberações produzem resultados para todos.*" Disse também: "*Tem havido muita discussão sobre o perfil do futuro presidente mas só um perfil é possível, que é o do diálogo, da unidade e da ação.*"

Aqueles de entre vós que são juristas saberão que o Tratado da UE define o papel e as tarefas do Conselho Europeu e do seu Presidente nalgumas breves linhas. Este órgão não tem poder legislativo e não se envolve em decisões de gestão executiva. É essencialmente um órgão político cujo papel é definir a direção geral. Ou, citando o Tratado, "*dá à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e define as orientações e prioridades políticas gerais da União*".

A vocação desta instituição é manter-se afastada das questões de rotina – as outras instituições da UE ocupam-se muito melhor delas no quadro bem rodado do "método comunitário – mas também é saltar para a arena quando surgem casos especiais: alterar o Tratado, estabelecer o orçamento e lidar com as crises...

Também não deixarão de notar no Tratado (e nos seus espaços em branco) que o Presidente do Conselho Europeu tem um mandato relativamente curto (dois anos e meio, renovável uma vez), sem responsabilidade orçamental, sem administração própria e sem direito de nomeação, dispondo de um pessoal muito reduzido.

A situação é paradoxal: o Conselho Europeu é geralmente considerado como a mais alta autoridade política na União mas a descrição do cargo e as competências formais do Presidente são bastante vagas, ou mesmo escassas. Muito depende pois do que se faça nesse cargo ou do que se faça dele. Ou, pondo as coisas noutros termos: tudo o que não tinha sido previsto formalmente teve de ser criado informalmente.

Começa-se com uma coisa simples: criar confiança. Criar confiança é, na minha opinião, talvez a mais importante tarefa de um Presidente do Conselho Europeu. Criar confiança entre dirigentes políticos, entre instituições, entre países: essa é a base para a tomada de decisões políticas, sobretudo quando essas decisões são difíceis e têm de ser tomadas por consenso, como é normalmente o caso no Conselho Europeu.

Como se cria a confiança? Encontrando as pessoas, ouvindo-as, tomando em consideração as suas opiniões. Por exemplo, fiz questão durante o meu mandato de visitar todos os membros do Conselho Europeu nas suas capitais, em princípio uma vez por ano. Falar com Presidentes e Primeiros-Ministros no seu ambiente de trabalho – de Helsínquia a Nicósia e de Dublin a Sófia – proporciona uma ideia muito mais clara do que realmente os move. E como visitante regular dos palácios governamentais noutras capitais, não pude deixar de notar que na sua maioria parecem, não diria sumptuosos ou luxuosos, mas mais acolhedores do que os gabinetes de estilo soviético que temos em Bruxelas!

Todos estes esforços para criar confiança foram compensados nos momentos de necessidade, nos momentos de crise que infelizmente atravessámos. Deles se destacam a crise do euro e a situação na Ucrânia. Algumas palavras sobre o papel do Conselho Europeu durante cada um destes acontecimentos.

É verdade que foram os próprios dirigentes nacionais da Europa que, de forma muito visível, enfrentaram a crise económica e financeira – especialmente de 2010 a 2012. Há duas razões óbvias para tal.

Primeiro, havia imenso dinheiro em jogo. A crise da dívida pública, tal como a crise bancária que a antecedeu, exigiu que se recorresse ao dinheiro dos contribuintes. O orçamento comum da UE é relativamente pequeno (cerca de um por cento do PIB), por isso as instituições da União não podiam intervir sozinhas de forma decisiva. Os Estados-Membros tinham de avançar. E os montantes eram tais que em muitos países a decisão apenas podia ser tomada ao mais alto nível político, em todos os palácios Chigi e todos os Quirinais de toda a União... A necessidade de fundos nacionais e o conseqüente envolvimento dos dirigentes e dos Parlamentos nacionais era simplesmente imprescindível.

Segunda razão: em tempo de crise, rapidamente se atingem os limites das instituições assentes em competências atribuídas. A União apenas pode agir em domínios em que os Governos lhe conferiram conjuntamente mandato para tal. Mas quando entramos em território desconhecido e têm de ser definidas novas regras, o Conselho Europeu está bem colocado para desempenhar o seu papel.

Porém, apesar de termos sido obrigados a utilizar esta via "intergovernamental", todo o trabalho que fizemos resultou na prática em instituições centrais mais sólidas. Foi dado à Comissão um poder provavelmente sem precedentes para controlar os orçamentos e as políticas económicas (estamos a assistir a isso nas semanas que correm ...). O Parlamento passou a ter mais influência. No princípio desta semana, o Banco Central Europeu começou a supervisionar todos os bancos da área do euro. Estas mudanças de competências requerem naturalmente o consentimento prévio de todos os países envolvidos.

Isto leva-me a abordar o papel do Conselho Europeu em matéria de política externa. Enquanto os primeiros dois a três anos foram dominados pela crise económica, no último ano a nossa ação política teve que dedicar mais atenção ao mundo à nossa volta, e em particular à Ucrânia. Obviamente.

A crise ucraniana foi e é a mais grave ameaça à ordem e à segurança europeia desde o fim da guerra fria. A invasão da Crimeia, em março último, marcou um ponto de viragem. Registaram-se, decerto, acontecimentos importantes na Ucrânia antes disso, e continuam a registar-se – mas com este foi ultrapassada uma linha divisória. Quando se toca nas fronteiras, compromete-se a paz.

No início de março, convoquei uma reunião de emergência sobre a Ucrânia. (Foi apenas a segunda cimeira deste tipo sobre política externa, a primeira teve lugar três anos antes sobre a Líbia, que também era uma questão muito importante.)

Na reunião sobre a Ucrânia, após a Crimeia, o Conselho Europeu definiu a resposta da União. Em relação à Ucrânia: apoio político, com o Acordo de Associação, e apoio às reformas. Em relação à Rússia: sanções em três fases para a fazer mudar de atitude. Desde então continuámos fiéis a esta abordagem dual.

Na realidade, o Conselho Europeu não se ocupa assim tão frequentemente de política externa. Na maior parte do tempo, a maioria dos Presidentes e Primeiros-Ministros deixam esse domínio aos Ministros dos Negócios Estrangeiros (tal como, em períodos normais, preferem deixar as questões financeiras aos seus Ministros da tutela!). Mas quando a situação assume um carácter verdadeiramente político, quando se transforma numa questão de estabilidade do continente, de dependência energética, de infligir um tratamento doloroso à Rússia suscetível de provocar eventuais repercussões nas nossas economias, todos os dirigentes nacionais querem estar pessoalmente implicados e assim aconteceu ao longo de todo o processo. E não tenho dúvidas de que com o meu sucessor Donald Tusk esta participação dos líderes no caso da Ucrânia vai continuar por tanto tempo quanto for necessário. O recente acordo sobre energia, com vista ao inverno constituiu um passo positivo. O reconhecimento das chamadas eleições no Donbass pela Rússia foi, ao invés, um passo muito negativo.

Portanto, concluo da minha experiência que, quando a situação é premente, o Conselho Europeu tem condições para agir. Quando é verdadeiramente necessário, é possível fazer convergir 28 dirigentes, 28 países. Não é fácil mas é possível. A questão agora é: como preservar esta capacidade de agir, em prol da Europa, quando não há crise, quando não há pressão externa? Será muito mais difícil.

Em todo o caso, isso dependerá da Comissão Europeia e do seu sentido de iniciativa, mas também – independentemente do que se possa pensar – da capacidade da França e da Alemanha, seguidas por outros países, de encontrarem soluções comuns. Trata-se obviamente de apenas dois países em 28, mas que representam duas conceções políticas e económicas na União, pelo que, se não chegarem a acordo sobre uma direção comum, a situação se tornará muito difícil.

O acordo entre elas não é uma condição suficiente, mas é muitas vezes uma condição necessária. Em todo caso, esta é a minha experiência. E com muito gosto dou a oportunidade ao meu sucessor de provar que estou errado!

Falando da Alemanha e da França, sem esquecer a Itália e os outros países, permitam-me referir também o Reino Unido – também aqui representado na pessoa de Peter Mandelson. Nos próximos cinco anos, será este um dos nossos desafios fundamentais. Temos de fazer todo o possível por manter unida a União. "Unidos estamos melhor!"

A minha impressão é que os outros Estados-Membros estão disponíveis para ouvir, conversar, negociar se necessário, desde que sejam respeitados os valores e princípios fundamentais da nossa União.

Permitam-me na terceira e última parte do meu discurso algumas reflexões em jeito de conclusão.

Se olharmos para os últimos anos e para a dececionante situação económica, é claro que a Europa não se tornou popular durante a crise, muito pelo contrário. É por isso que os próximos cinco anos são tão importantes.

Mas há também uma crise do processo político em geral, a todos os níveis. Há mesmo um mal-estar geral, após a crise financeira, relacionado com o modo de funcionamento das nossas economias, com a distribuição da riqueza, da carga fiscal, do aumento das desigualdades... Para não falar do medo da mundialização, das migrações, da violência dos fanáticos.

É certo que convém precisar que os partidos populistas surgiram nalguns países vários anos antes do início da crise financeira e da crise do euro. Todos os dias temos de lutar para converter o medo em esperança.

É claro que há ainda uma dimensão especificamente europeia deste problema. Mas na minha opinião, não se trata apenas de instituições e de eleições. Mais concretamente, vale a pena atentar na maneira como as pessoas encaram e se relacionam com a União. Como a vivem. Para concluir, gostaria pois de desenvolver este ponto.

Partirei de uma constatação triste. Parece que os cidadãos hoje em dia sentem que a Europa lhes dá uma sensação de impotência e não lhes dá a possibilidade de se exprimirem, quando a União foi concebida precisamente para lhes dar mais força e lhes permitir retomar o controlo da sua própria história.

Uma forma de entender melhor este desencanto dos cidadãos – tal como tentei fazer em maio no meu discurso em Aachen quando recebi o prémio Charlemagne – é ver como a nossa União é acima de tudo vivida pelas pessoas como um espaço e quase nunca como um lugar. Espaço e lugar não são de todo a mesma coisa. Um lugar traz proteção, estabilidade e um sentimento de pertença. É um lar, onde as pessoas se sentem em casa. Por outro lado, um espaço oferece movimento e possibilidades. Implica direção, velocidade e tempo. Nós, seres humanos, precisamos de ambos. Um espaço onde possamos voar e um ninho que nos pertença. No fundo, somos criaturas muito simples!

Na Europa, a prioridade tem sido sempre o espaço. Pensem nisso. Desde o início, a orientação típica era a de remover fronteiras para as mercadorias, para os trabalhadores e para os investimentos, e permitir a circulação de pessoas e empresas, tomar iniciativas, aproveitar oportunidades. Mesmo atualmente – em domínios tão díspares como a energia, as telecomunicações ou a economia digital – o objetivo continua a ser suprimir as fronteiras e criar este amplo espaço comum.

Mas nunca pensámos na Europa como uma casa, como um abrigo, e estamos a sofrer as consequências disso. Durante décadas isto funcionou bem. A abertura das fronteiras trouxe oportunidades enormes de trabalhar, fazer comércio e estudar no estrangeiro. E o impacto de toda esta abertura foi grandemente amortecido pelo crescimento económico e pelos Estados-providência, que surgiram em paralelo.

Fundamentalmente, na divisão do trabalho que vigorou durante todos estes anos, a Europa era a abertura e os governos nacionais a proteção. Ninguém esperava outra coisa. Mas as coisas mudaram. A mundialização pôs à prova os limites do Estado-providência. A crise empurrou as instituições da União Europeia para um novo papel.

O resultado foi uma mutação rápida e espetacular: se durante décadas a Europa foi sinónimo de abertura, potencial realizado, libertação, emancipação, capacitação, hoje, de repente, é vista como interferência, juízo de valor, ditame, corretivo ou mesmo sanção. A Europa, a grande "abridora" de oportunidades, é agora encarada por muitos como uma intrusa importuna, a amiga da liberdade e do espaço é vista como uma ameaça à proteção e ao lugar de vida.

Temos de encontrar o equilíbrio certo. É essencial que a União seja também uma instância protetora. É urgente que a União seja considerada benéfica não só para as empresas, mas também para os trabalhadores; não só para os que circulam, mas também para os que ficam; não só para os cidadãos qualificados e com competências linguísticas, mas para todos os outros cidadãos; e para as pessoas não só na sua qualidade de consumidores, que preferem produtos baratos e uma escolha ampla, mas também na sua qualidade de trabalhadores, que podem encarar os outros como concorrentes aos seus postos de trabalho.

Como encontrar o justo equilíbrio? Em matéria de proteção, as pessoas esperam duas coisas da União Europeia.

Em primeiro lugar, que a União intervenha quando há problemas a que os países claramente não podem fazer face sozinhos por não serem suficientemente grandes. No que diz respeito às questões mundiais e transfronteiras, as pessoas querem realmente que a Europa defenda os seus interesses e afaste as ameaças. Em segundo lugar, quando as autoridades nacionais estão mais bem colocadas para tratar das questões, as pessoas esperam que a União não se intrometa. Mas há outros casos em que, precisamente por causa da sua dimensão, a União tem de atuar com delicadeza. Não perturbando, mas respeitando os lugares familiares de proteção e pertença – desde a escolha de sistemas nacionais de segurança social às tradições e identidades regionais, e por aí fora, até chegarmos à queijaria local.

Nesta perspetiva, a mensagem dos cidadãos à União é clara. *"A União deve ser mais forte lá fora e mais protetora cá dentro."* Para mim, este é um dos principais desafios que temos de enfrentar para reconquistar a confiança dos cidadãos na nossa União. E confio plenamente em que a nova equipa dirigente assumirá com determinação esta responsabilidade. Muito obrigado. Grazie.
